© Imagem capa J. Dias Diogo

Scientia Antiquitatis

Revista de Arqueociências

Jorge de Oliveira

José d'Encarnação

Nº 2 | 2026

Scientia Antiquitatis

Revista de Arqueociências

SCIENTIA ANTIQUITATIS
Revista de Arqueociências

Semestral
ISSN 2184-1160

http://www.scientiaantiquitatis.uevora.pt/

Revista consagrada à publicação de textos interdisciplinares na área da Arqueologia, privilegiando vários tipos de estudos, procurando dar a conhecer resultados de trabalhos mais específicos mas também sínteses mais alargadas que podem abranger publicações de teses de mestrado e doutoramento. Publica dois números por ano mas também números especiais, temáticos, em livre acesso.

Disciplinas: Arqueologia, Arqueociências, Património

Editores:
Leonor Rocha | Gertrudes Branco | Ivo Santos
Local de Edição: Évora (Portugal)
Data de Edição: Julho de 2026
N. 2 | 2026

Diretor: Leonor Rocha
Contactos e envio de originais: Leonor Rocha/ lrocha@uevora.pt
Revista digital.
Ficheiro preparado para impressão frente e verso.

Nota: O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. A Scientia Antiquitatis declina qualquer responsabilidade por questões de ordem ética e/ou legal bem como no cumprimento do Acordo Ortográfico, que são unicamente da responsabilidade dos autores de cada texto.

Sumário

Ensino e investigação em Arqueologia na Universidade de Évora: elementos para a sua história (1978 - 2025)

Jorge de Oliveira **7**

APOSTILAS EPIGRÁFICAS – 20

José d'Encarnação **25**

Ensino e investigação em Arqueologia na Universidade de Évora

elementos para a sua história (1978 - 2025)

Jorge de Oliveira[a,@]

[a]Catedrático Emérito da Universidade de Évora
[@]Contacto: joli@uevora.pt

Resumo

Neste artigo conta-se a história da criação do ensino e investigação em Arqueologia na Universidade de Évora e o papel dos seus principais atores.

Palavras-chave

Universidade de Évora, Arqueologia

Abstract

This article tells the story of the creation of teaching and research in Archaeology at the University of Évora and the role of its main actors.

Keywords

University of Évora, Archaeology

1. Criação e docência

Haverá que reconhecer que desde a refundação da Universidade de Évora que as preocupações com o estudo dos testemunhos arqueológicos da região estiveram sempre presentes. Logo na tomada de posse da Comissão Instaladora, em 1974, o documento programático regista que a Universidade de Évora deverá "encontrar as acções pedagógicas para sectores ainda não desenvolvidos em Portugal (. . .) como as Ciências do Homem nomeadamente História e Antropologia com o duplo objectivo de garantir amplas oportunidades na cultura e de realizar o estudo sistemático do imenso material deixado pelos povos que habitaram a região do Sul do Tejo" (Informação Interna nº79)

Convém recordar que na Comissão Instaladora de 1974 identificam-se nomes muito atentos ao património, como o próprio Reitor, Prof. Ário Lobo de Azevedo, os Profs. Carlos Portas, Rosado Fernandes, Gomes Guerreiro, ou o Eng. Celestino David. Assim, logo desde a criação da Licenciatura em Ciências Sociais, em 1978, que os assuntos arqueológicos começam a ser matéria de reflexão a que não terá sido estranha a relação próxima do Dr. José Pires Gonçalves, médico de Reguengos de Monsaraz e recém descobridor dos menhires alentejanos e do Dr. Ventura, profundo amador do património arqueológico com alguns dos membros da Comissão Instaladora. Por essa altura voltava novamente a falar-se na implementação da projetada Barragem do Alqueva e estava bem presente na cultura portuguesa o nefasto impacte que a recém-construída Barragem do Fratel tinha perpetrado na arte rupestre do Vale do Tejo por falta de estudos prévios. A Comissão Instaladora sensível a esta temática e o conhecimento profundo de alguns dos seus membros das margens do Guadiana anteviam que se não se tomassem, em tempo útil, medidas cautelares, algo semelhante ao que ocorreu à arte rupestre do vale do Tejo poderia ocorrer, em muito maior escala, às portas da recém restaurada Universidade de Évora.

Figura 1. Primeiro folheto informativo da Universidade de Évora

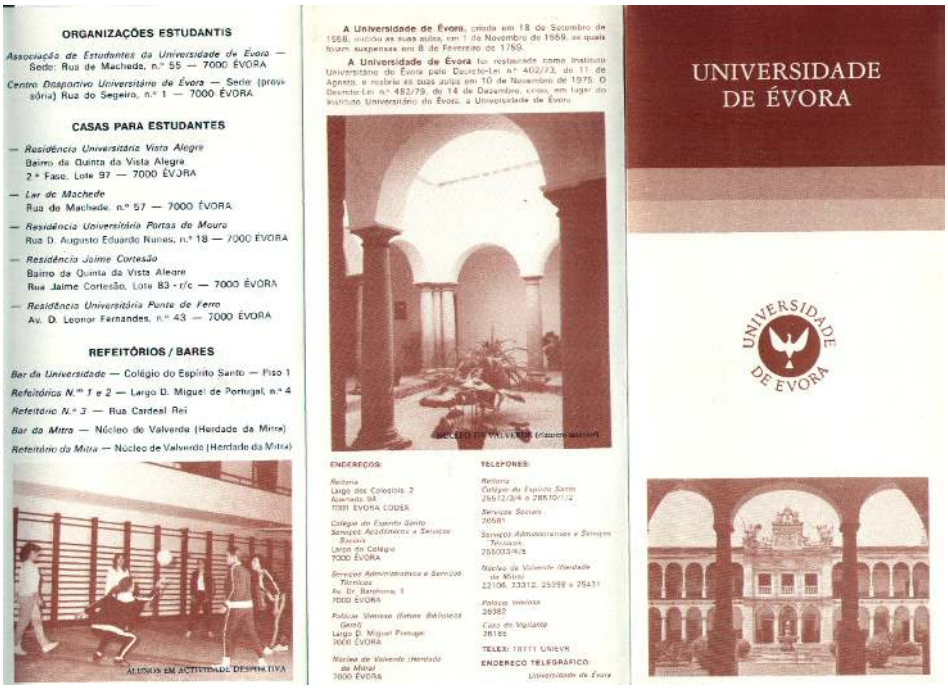
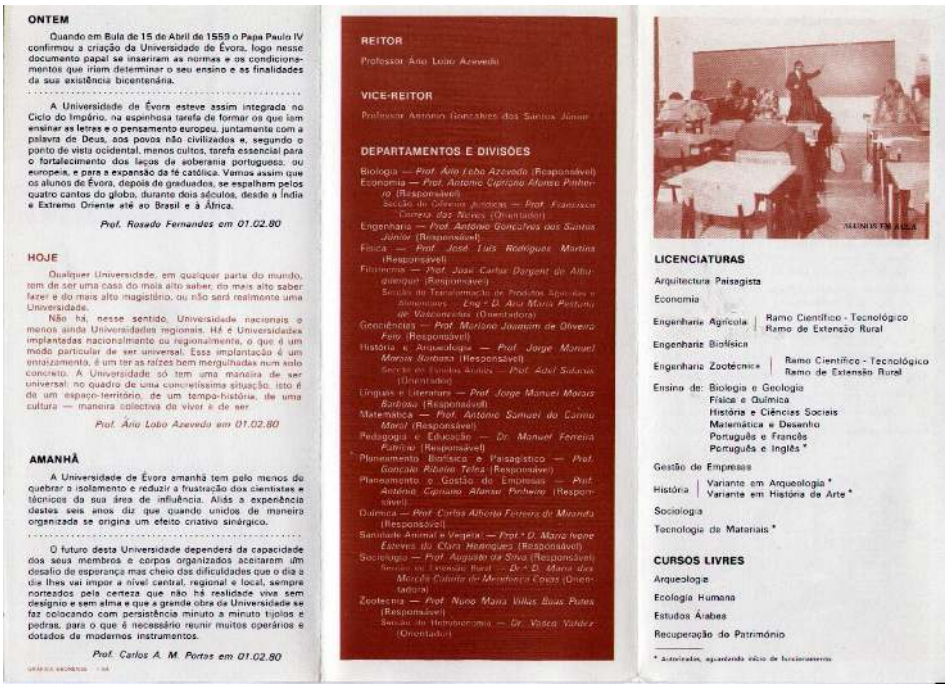


Figura 2. Primeiro folheto informativo da Universidade de Évora



Em 1978 começava-se a constituir o corpo docente que iria lecionar a formação em História e Ciências Sociais, a iniciar no ano seguinte. Quis o destino, que nessa altura, o Professor Nuno Mendoça, a pedido da Reitoria, fosse incumbido de começar a organizar a docência e investigação em Arqueologia e se tenha

deslocado à Casa Varela, em Lisboa, para adquirir estiradores que iriam equipar as salas onde seriam lecionadas as aulas da futuro Curso de Arquitetura Paisagista. Casualmente, nesse dia, atrás do balcão estava o Arquiteto e Arqueólogo Mário Varela Gomes, proprietário do estabelecimento e que estava, ativamente, empenhado no estudo, *in extremis*, da arte rupestre do Vale do Tejo. No decurso da apresentação dos diferentes tipos de estiradores e da sua aplicabilidade, Nuno Mendoça percebe qual a formação do seu interlocutor e pergunta-lhe se não estaria interessado em colaborar com a Universidade de Évora no ensino de Pré-História e investigação arqueológica nesta região do Alentejo. Com atelier de arquitetura acabado de instalar em Lisboa e tendo já a seu cargo responsabilidades na administração da Casa Varela, Mário Varela Gomes declina o convite e sugere o nome do seu colega e amigo Jorge Pinho Monteiro, arqueólogo, com Licenciatura em História e igualmente ativo investigador da arte rupestre do Vale do Tejo. Assim, nos finais de 1978, perante o seu já vasto curriculum, Jorge Pinho Monteiro é contratado como Assistente Convidado do Departamento de História, para lecionar as cadeiras de Pré-História, Pré-Clássicas, criar o Curso Superior Livre de Arqueologia, e promover ações preventivas do património arqueológico da região. Estavam, assim, lançados os alicerces da formação e investigação em Arqueologia na Universidade de Évora. No ano seguinte é contratado, igualmente como Assistente Convidado, o arqueólogo, especialista em cultura clássica, José Olívio Caeiro, que iria encarregar-se da docência e investigação do Período Clássico. Pela mesma altura, para completar esta fileira formativa mais antiga é convidada para colaborar na futura docência de História e Arqueologia Islâmica, a arqueóloga espanhola Paloma Amorós.

Figura 3. Jorge Pinho Monteiro (1978)

Em 1979, alicerçado na anterior formação em Ciências Sociais, do já extinto Instituto Universitário de Évora, inicia-se a licenciatura do Curso de História e Ciências Sociais, com as "especialidades" de História, Ciências Sociais e Pedagogia. Neste *cluster* formativo, ainda que especialmente dirigido para a formação de professores de História, a componente dos estudos arqueológicos está bem presente, quer pela formação do seu corpo docente, quer pela lecionação, em simultâneo do Curso Superior Livre de Arqueologia, aberto à comunidade local, mas frequentado, igualmente, por vários dos alunos das licenciaturas, especialmente da de História. Nessa altura reforça-se o corpo docente na área dos Estudos Islâmicos com a contratação do Prof. Adel Sidarus, abrangendo-se, com estes docentes, a fileira formativa em história mais antiga.

Instituía-se, desta forma, desde finais de 1978, a formação, mas sobretudo a investigação em Arqueologia, na Universidade de Évora. As preocupações com a submersão da arte rupestre do Vale do Tejo, levam a que os docentes da Universidade de Évora chamem a si a responsabilidade de começar a equipar-se para os primeiros estudos de impacte da futura Barragem do Alqueva. Um substancial investimento é feito com a aquisição de equipamento náutico, fotográfico e com a requisição de viaturas todo-o-terreno apreendidas pelas autoridades policiais, equipamento que ainda foi utilizado nos últimos estudos promovidos nas margens da albufeira da Barragem do Fratel.

Concomitantemente à estruturação da Arqueologia na Universidade de Évora é instalado, em 1980, nesta cidade, o Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul, uma extensão do IPPC, Instituto Português do Património Cultural. Entendeu a Reitoria da Universidade de Évora ceder a ala direita do recém-adquirido Palácio dos Condes do Vimioso para a instalação deste Serviço. Dirigia o SRAZS o Doutor Caetano Mello Beirão, secundado pelo Dr. Carlos de Penalva, ambos arqueólogos. Com uma equipa tão reduzida para supervisionar patrimonialmente um território de abarcava todo o Alentejo e Algarve cedo entendeu o seu diretor estabelecer um protocolo de colaboração com os arqueólogos da Universidade de Évora para, na medida do possível, apoiarem as ações atribuídas aquele Serviço. Passou, assim, o Palácio dos Condes do Vimioso a funcionar como sede do SRAZS e gabinetes dos docentes de Arqueologia da Universidade de Évora, que encontraram neste palácio quinhentista as condições físicas para acolher o seu equipamento e materiais de estudo que o já insuficiente Colégio do Espírito Santo não oferecia. A parceria estabelecida entre o SRAZS e a UÉ veio reforçar, ainda mais, as competências e valências na formação e sobretudo na investigação que esta universidade já, entretanto adquirira.

Figura 4. Caetano Beirão e Carlos Penalva (1987)

Desta parceria as colaborações dos arqueólogos da UÉ junto do SRAZS resultam em trabalhos arqueológicos, maioritariamente de salvamento, em vários locais do Alentejo e Algarve, nos quais vão participar os primeiros alunos do Curso Superior Livre de Arqueologia e mesmo da recém-criada Licenciatura em História e Ciências Sociais. De destacar destas colaborações as intervenções arqueológicas realizadas em

sítios dos concelhos de Serpa, Moura, Redondo, Castelo de Vide, Faro, Ourique, Beja, Arronches, Nisa, etc. Destas intervenções algumas vieram a transformar-se em projetos de investigação mais alongados com envolvimento de equipas multidisciplinares.

A dinâmica formativa e de investigação em Arqueologia na Universidade começava, assim, a consolidar-se sustentada no forte empenho dos docentes da especialidade e da equipa reitoral, mas, sobretudo, na assertiva dinâmica de investigação de Jorge Pinho Monteiro.

A 19 de Fevereiro de 1982, já com o 4º ano do curso de Licenciatura em História a decorrer e o 3º do Superior Livre de Arqueologia em desenvolvimento Jorge Pinho Monteiro morre de doença oncológica. Ao desaparecer o principal pilar da formação e investigação em Arqueologia, a meio do ano letivo, toda a equipa fica desestruturada. Para substituir, de imediato, na docência Pinho Monteiro entendeu a Reitoria convidar os arqueólogos do Serviço Regional de Arqueologia para colaborarem, na lecionação da licenciatura e no Curso Livre. Assim, Carlos de Penalva leciona a componente da Pré-História Antiga e Caetano de Mello Beirão encarrega-se da Pré-História recente e Idade dos Metais, enquanto José Olívio Caeiro que se fixara exclusivamente no Período Clássico assumiu, nessa altura, a lecionação das Civilizações Pré-Clássicas, até essa data da responsabilidade de Pinho Monteiro. Na sequência da morte do jovem assistente a colaboração da investigadora Paloma Amorós, que se interessava sobretudo pelo período medieval, termina e toda a estrutura de formação e investigação em Arqueologia ressente-se profundamente com o desaparecimento do fundador da Arqueologia na Universidade de Évora.

Terminara, entretanto, o período de instalação da Universidade de Évora em que os processos de contratação de docentes decorriam, por norma, por convite e para ocupar o lugar deixado vago por morte de Jorge Pinho Monteiro abriu a Universidade de Évora, em 1983, um concurso público, para Assistente Estagiário, para a lecionação das disciplinas de Pré-História, Pré-Clássicas e Arqueologia. Dezasseis candidatos foram oponentes a esse concurso tendo ganho esse lugar o subscritor destas memórias. Embora o concurso tenha decorrido em junho de 1983, estranhamente, só vim a tomar posse do lugar em novembro de 1984. Com a minha entrada na Universidade de Évora, na categoria de Assistente Estagiário, terminam as colaborações dos arqueólogos do Serviço de Arqueologia e o Assistente Convidado José Olívio Caeiro recentra a sua docência na área das Clássicas assegurando, igualmente, a formação na disciplina optativa de Arqueologia Medieval Islâmica, substituindo Paloma Amorós.

Figura 5. Carmen Balesteros e José Caeiro (1995)

Recomposta a equipa docente termina o último ano da formação do Curso Superior Livre em Arqueologia

e redesenham-se os programas das disciplinas porque, entretanto, potencia-se a formação em Ensino de História havendo necessidade de, para esse fim, serem adaptados os diferentes programas da licenciatura em História e Ciências Sociais, até aí em vigor.

Em 1985, entende o Departamento de História reforçar a formação em Arqueologia abrindo outro concurso público para Assistente Estagiário. Nesse concurso é admitido Manuel de Castro Nunes que permanece nesta universidade apenas 4 anos. Durante a sua passagem na UÉ constitui-se uma equipa que envolve todos os docentes e alguns alunos para, em colaboração com o Município de Évora, se dar início às prospeções de campo conducentes à realização da Carta Arqueológica do Concelho de Évora. Com a dispensa do assistente Castro Nunes e os outros docentes ocupados na docência e nas respetivas e obrigatórias provas académicas, o investimento na investigação de campo direciona-se para a margem esquerda do Guadiana, tema de tese de doutoramento de José Olívio Caeiro, onde desenvolve diversas prospeções e escavações em sítios romanos e medievais nos concelhos de Moura, Serpa e Mourão, enquanto eu me empenho na investigação do Megalitismo do nordeste alentejano e Extremadura espanhola.

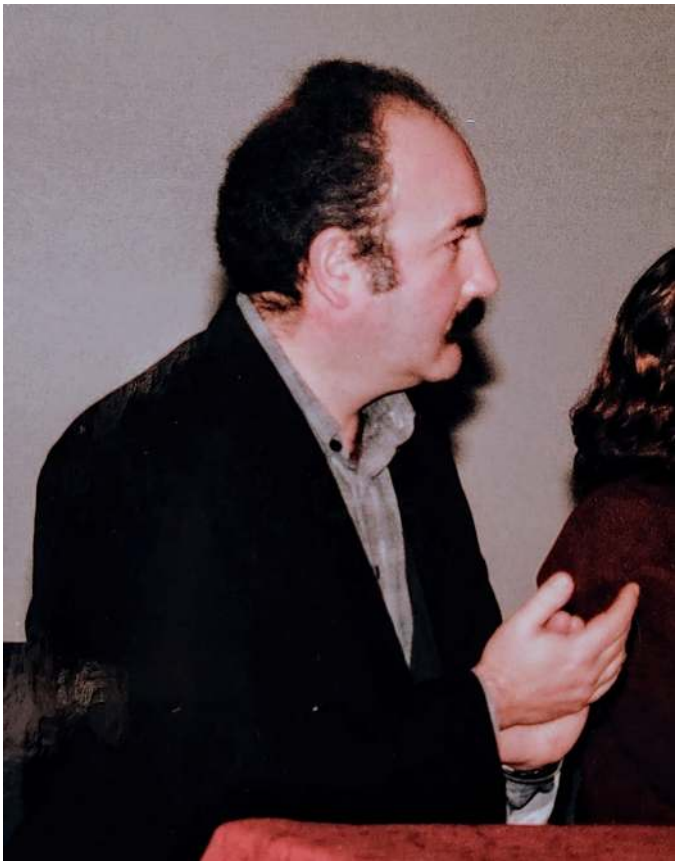
Em abril de 1995 é defendida a primeira tese de Doutoramento em Arqueologia na Universidade de Évora, passando o signatário destas memórias a ser o primeiro Doutor nesta especialidade nesta universidade, que já em 1988, tinha nesta mesma instituição sido o primeiro a prestar Provas Públicas de Habilitação Pedagógica e Capacidade Científica em Pré-história e Arqueologia.

Porque a legislação até 1999 o permitia, os licenciados em História da Universidade de Évora que tivessem aproveitamento nas diferentes disciplinas obrigatórias e optativas em Arqueologia e tivessem participado em, pelo menos, três campanhas arqueológicas de campo e acompanhados de um parecer vinculativo de um dos arqueólogos da Universidade de Évora, eram reconhecidos como arqueólogos. Assim, a entidade da tutela permitia aos licenciados em História, à semelhança do que ocorria com os de outras universidades, dirigir trabalhos de arqueologia, enquanto profissionais. Desta forma, até 1999, os licenciados em História, com prática de campo em Arqueologia, obtinham a carteira profissional de Arqueólogos. Estava, portanto, institucionalizada a formação em Arqueologia nesta Universidade, o que obrigava que o corpo docente organizasse, sobretudo nos denominados tempos de férias, campos de trabalho, com prospeções e escavações em todos os períodos históricos por forma a garantir a componente de prática arqueológica obrigatória. Todo o corpo docente acolheu, com esforço acrescido, esta responsabilidade formativa extra-horário para que fosse reconhecida a Universidade de Évora como formadora de arqueólogos. Esta prática arqueológica garantida pela Universidade de Évora granjeou-nos grande reconhecimento público, sobretudo, junto das outras universidades, que levou a que a Universidade de Évora promovesse a criação da CIUARQ - Comissão Inter-Universitária de Arqueologia, através do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, muito devido ao empenho do Reitor da Universidade de Évora, Prof. Jorge Araújo, e dois anos depois, em 1999, organizasse o 1º Encontro de Arqueologia das Universidades Portuguesas. Neste encontro, que decorreu ao longo de três dias na Universidade de Évora estiveram presentes todos os professores de arqueologia das universidades portuguesas que aqui apresentaram os seus projetos de investigação individuais ou coletivos. Este encontro permitiu, igualmente, que se estruturassem e articulassem as diferentes formações em cada uma das instituições universitárias.

Com a alteração legislativa de 1999 (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 270/99, de 15 de julho), que obrigava a uma formação especializada em Arqueologia para a obtenção da carteira profissional de Arqueólogo, cria-se no Departamento de História, a Variante em Arqueologia, com o número mínimo de créditos para responder à nova legislação. Esta reforma obrigou a um substancial aumento da carga horária letiva de todos os docentes de Arqueologia, muito para além do estipulado no ECDU, porque os cortes orçamentais não permitiam a contratação de mais professores. À data o corpo docente era constituído por um único doutorado, o subscritor destas memórias, pelo saudoso Mestre José Carlos Caetano, que tinha substituído o também já falecido Licenciado José Caeiro, na área das Civilizações Clássicas, pela também já falecida Mestre Carmen Balesteros, Assistente Convidada, que assumia a docência das Civilizações Pré-Clássicas e Arqueologia Judaica, pelo Mestre Fernando Branco Correia, Assistente de Carreira, que lecionava Arqueologia Medieval e Islâmica e pela Mestre Clara Oliveira, como Assistente

Convidada, que garantia a docência de Arte Pré e Proto-Histórica e Práticas de Campo, em Pré-História.

Figura 6. José Carlos Caetano (2006)



Com o fim das requisições dentro das instituições do Estado, em 2004, a Mestre Carmen Balesteros regressa ao Ensino Secundário, perdendo-se todo o investimento na Hebraísta e na Arqueologia Judaica que já notabilizava a Universidade de Évora. O vínculo desta investigadora mantem-se por mais algum tempo com o centro de investigação a que estava ligada, mas a sua doença e a posterior morte provocam o fim desta promissora linha de investigação na Universidade de Évora.

Com as alterações decorrentes do Processo de Bolonha (2006), que criava as licenciaturas de três anos a entidade da tutela da Arqueologia Portuguesa determina que para a obtenção da carteira profissional de arqueólogo era necessário o grau de mestre. A Área de Arqueologia da Universidade de Évora, contra ventos e tempestades, propõe, então, a criação dum mestrado. Para esse fim necessita de reforçar o seu corpo docente contratando-se como assistente convidada, em 2005, a doutoranda Leonor Rocha. Em 2008 cria-se, assim, o Mestrado em Arqueologia & Ambiente, muito direcionado para os estudos de impacte ambiental, área da maior empregabilidade do sector arqueológico. Quando já se estava a estabilizar o corpo docente e a fileira formativa, uma onda de cortes orçamentais assola os serviços público que leva ao despedimento em massa de todos os docentes sem vínculo ao Estado terminando, assim, abruptamente, a colaboração da Mestre Clara Oliveira o que provoca um rude golpe numa outra área em que nos queríamos afirmar, a arte rupestre. Pouco tempo depois, em 2007, José Carlos Caetano, o pilar da Arqueologia Clássica da Universidade de Évora morre subitamente. Com estas duas inesperadas perdas e quando já o Laboratório de Arqueologia funcionava em pleno e com uma fileira formativa de 1º e 2º ciclos e já se alinhava o 3º Ciclo, perdem-se dois docentes fundamentais. Como José Carlos Caetano era Assistente de Carreira conseguimos autorização para abrir o processo de concurso público para preenchimento desta vaga. Para suprir, de

imediato, a meio do semestre, a perda de José Carlos Caetano, até ao preenchimento da vaga, é convidado a lecionar, a tempo parcial, o arqueólogo do município de Évora, o Mestre Panagiotis Sarantopoulos. Pela abertura desse concurso, em finais de 2007, é admitido para a docência da especialidade de Civilizações Clássicas, Pré-Clássicas e Arqueologia Clássica, o ainda então Mestre André Carneiro. Colabora, igualmente, desde essa altura, com a Área de Arqueologia, para a lecionação da cadeira de Epigrafia a Professora Cláudia Teixeira, do Departamento de Línguas.

Em 2009, é reconhecido pela Agência de Acreditação (A3ES) o Doutoramento em Arqueologia da Universidade de Évora. Este 3º Ciclo de formação foi claramente estruturado em regime de tutoria para dar resposta a uma procura crescente de formação avançada de investigadores que por motivos profissionais não podem assistir regularmente a aulas presenciais. Completava-se, assim, a partir de 2009, a fileira de formação em Arqueologia na Universidade de Évora, com licenciatura, mestrado e doutoramento e, mais tarde, em 2011, passámos a colaborar noutro mestrado internacional, denominado ARCHMAT (ARCHaeological MATerials Science), que pretende fazer a ponte entre as ciências dos materiais e as ciências históricas, de colaboração com o Laboratório Hércules.

Figura 7. Vista geral do Laboratório de Arqueologia

Como esta fileira formativa não foi acompanhada pelo consequente e necessário reforço do corpo docente, nem da sua natural progressão na carreira, exigindo dos poucos professores de arqueologia um extraordinário esforço e dedicação, a A3ES, em 2016, exige que a Universidade de Évora reforce, urgentemente, o seu corpo docente e autorize a sua natural progressão na carreira. Devido ao constante estrangulamento financeiro, a Reitoria responde às exigências da Agência de Acreditação com o estabelecimento de um protocolo de colaboração com a Direção Regional de Cultura do Alentejo que cedem, de forma não remunerada, temporariamente e a tempo parcial, para a docência de disciplinas de Arqueologia, três dos seus técnicos superiores, os arqueólogos, Doutor Nelson A. Almeida e os Drs. António Carlos Silva e Rafael Alfenim. Para o mesmo fim, igual protocolo é estabelecido com o Campo Arqueológico de Mértola, contando-se, para assumirem a lecionação, a tempo parcial, das disciplinas de Arqueologia Medieval e Islâmica os Doutores Susana Gomez e Vergílio Lopes. Esta preciosa colaboração termina em 2018 com a abertura de concursos internacionais para lugares de professores auxiliares em Arqueologia Islâmica e Paleolítico, que vieram a ser preenchidos, respetivamente, pelos Doutores Susana Gomez (2018) e João Marreiros (2020), reforçando-se, desta forma, o corpo docente. Em setembro de 2022, o Doutor João Marreiros, aceita um convite para

liderar o grupo de investigação TraCEr, no MONREPOS, Centro de Pesquisa Arqueológica e Museu da Evolução do Comportamento Humano (Leiza, Alemanha) e rescinde o contrato com a Universidade de Évora, obrigando-nos a recorrer, novamente, ao protocolo com a Direção Regional de Cultura. Volta, novamente, a assumir temporariamente a docência, a tempo parcial, o Doutor Nelson A. Almeida, até que o processo de abertura de concurso internacional para preenchimento da vaga de Professor Auxiliar deixada vaga pela rescisão do Doutor João Marreiros fique concluído. Ganha este concurso, em novembro de 2023, o Doutor Nelson J. Almeida preenchendo-se a vaga de Professor auxiliar na especialidade de Pré-história antiga.

Figura 8. Entrada do Laboratório de Arqueologia

Figura 9. *In Memoriam* no Laboratório de Arqueologia

Em novembro de 2023, na categoria de Professor Catedrático, o subscritor destas linhas aposenta-se, mantendo, contudo, a sua ligação à Universidade de Évora, agora na categoria de Professor Emérito, onde colabora na docência de algumas disciplinas de arqueologia e na orientação de teses de doutoramento e mestrado.

Nesta data, a Área de Arqueologia da Universidade de Évora é composta pelos Professores Associados com Agregação Leonor Rocha e André Carneiro e pelos Professores Auxiliares Suzana Gomes e Nelson J. Almeida, contando ainda com os docentes / investigadores / colaboradores convidados Doutores Gertrudes Branco, Marco Liberato e Ana Cristina Martins e pelos Mestres Ivo Santos, Ana Catarina Basílio, Inês Ribeiro e António Diniz.

2. Laboratório de Arqueologia Pinho Monteiro

Porque a formação em Arqueologia exige uma forte componente laboratorial e de campo, cria-se em 1996, com grande apoio da Reitoria, tutelada, à data, pelo Prof. Jorge Araújo, o Laboratório de Arqueologia, denominado Pinho Monteiro, em memória do primeiro arqueólogo da Universidade de Évora, com sede no piso inferior da ala direita do Palácio dos Condes do Vimioso. O embrião deste laboratório constitui-se com um espaço de depósito e tratamento preventivo de materiais arqueológicos em transito, uma sala de desenho e fotografia, dois gabinetes para investigadores e espaço de guarda de equipamento de escavação. Rapidamente este laboratório embrionário revela-se insuficiente para acolher dignamente as múltiplas atividades que as várias equipas de arqueologia desenvolvem, mas durante uma década assim se manteve. Posteriormente, entre 2016 e 2018, com apoios comunitários o Laboratório de Arqueologia Pinho Monteiro, foi alargado aos dois pisos da ala direita do Palácio dos Condes de Vimioso. No piso inferior é criado um espaço aberto ao público onde se expõem materiais arqueológicos recuperados em intervenções arqueológicas efetuadas nem espaços da Universidade de Évora, como a Anta 2 da Mitra ou a Capela da Senhora da Modéstia, para além de fotografias de trabalhos arqueológicos desenvolvidos por equipas de arqueologia da Universidade de Évora em diferentes locais do sul do País. Ainda no piso inferior está instalada uma sala multiusos para docência, sobretudo para as aulas práticas e simultaneamente para tratamento primário de materiais arqueológicos. Entre a sala de exposições e a sala multiusos existe um gabinete de trabalho e um espaço de guarda e exposição de equipamento topográfico antigo e material pedagógico de apoio à docência.

No piso superior, em open-space, foram criados sete gabinetes e um espaço de biblioteca e reunião, de que mais à frente trataremos.

Figura 10. Laboratório e sala de aulas

Figura 11. Sala de material pedagógico

Figura 12. Sala de exposições

Figura 13. Vista geral dos gabinetes do Laboratório de Arqueologia

Figura 14. Vista geral de um dos gabinetes do Laboratório de Arqueologia

3. O Polo de Marvão e as prestações de serviço ao exterior

Em 1994 iniciam-se os trabalhos de escavação da Cidade Romana de Ammaia, situada no concelho de Marvão, dirigidos por arqueólogos da Universidade de Évora. Também nessa altura outros projetos de investigação em Arqueologia decorriam no norte do Alentejo e na vizinha Extremadura espanhola, especialmente nas áreas da Pré-história e Arqueologia Judaica, envolvendo professores e alunos da Universidade de Évora. Pela necessidade de criar um ponto de apoio a toda esta investigação, a Universidade de Évora, com o apoio do Município de Marvão cria um polo neste concelho. Três casas são disponibilizadas por aquele município e aí são criadas pela universidade instalações para pernoita até 25 pessoas e duas salas de aula. O Polo de Marvão mantém-se ativo até à passagem da direção científica dos trabalhos na Cidade de Ammaia para a Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa.

A exigência de campos de trabalho consecutivos obrigava a uma logística a que as estruturas da universidade não conseguiam ou não queriam assumir. Para responder a esse déficit interno o corpo docente, individualmente, procurou apoios externos, estabelecendo-se protocolos, ou contratos de prestação de serviços com distintas entidades que necessitavam de apoio de arqueólogos ou equipas de arqueologia. Dessas colaborações com o exterior haverá que destacar os protocolos estabelecidos com as autarquias de Marvão, Évora, Fronteira, Sousel, Estremoz, Monforte, Moura, Serpa, Arraiolos, Mora, Castelo de Vide, Nisa, Ayuntamiento de Cedillo, Ayuntamiento de Valência de Alcântara e com outras entidades que aqui convém destacar, tais como a Fundação Cidade de Ammaia, Coudelaria de Alter, EDIA, REFER, Turismo do Alentejo, Junta da Extremadura, Fundação Paes Telles, Fundação Eugénio de Almeida, Campo Arqueológico de Mértola, etc..

No âmbito das colaborações com o exterior docentes de Arqueologia da Universidade de Évora promoveram ainda a criação do Museu Municipal de Marvão e do Museu Interativo do Megalitismo de Mora e

colaboraram na criação e gestão do Museu da Cidade Romana de Ammaia e do da Coudelaria de Alter.

4. A Biblioteca de Arqueologia Prof. Vítor Guerra

Naturalmente que a Biblioteca Central da Universidade de Évora foi adquirindo, desde a sua criação, um fundo de livros de Arqueologia. Essas aquisições sempre estiveram dependentes das verbas disponibilizadas anualmente pela reitoria a cada departamento para compra de bibliografia. Cabia, posteriormente, a cada docente propor a aquisição das obras que considerava mais necessárias, mas sempre sujeitas ao rateio por parte da direção do respetivo departamento. Procurava-se, preferencialmente, adquirir livros estrangeiros porque, felizmente, a Biblioteca Pública de Évora possui depósito legal. Contudo, face ao número reduzido de funcionários desta instituição a disponibilização ao público dos livros recém-publicados chega a demorar vários anos, estando a sua leitura constantemente desatualizada. Com a criação do Laboratório de Arqueologia Pinho Monteiro os docentes da Universidade de Évora, por seu intermédio ao a expensas suas, foram disponibilizando em duas estantes umas dezenas de obras que serviam de suporte à investigação que neste laboratório se desenvolvia. Muitas das obras que aí se reuniam resultavam das permutas que os docentes conseguiam através das suas próprias publicações. Algo camuflados, porque ilegais, reuniam-se também vários volumes fotocopiados sobretudo de manuais de grande consulta, porque por norma são muito dispendiosos. Acolhia esta biblioteca inicial os exemplares das teses e dissertações dos próprios docentes e também algumas das que por eles eram arguidas. Ainda que pequena esta biblioteca era constantemente frequentada pelo corpo discente e até por arqueólogos que trabalhavam na região. Quis o destino que, em 2005, o pai do autor destas linhas tivesse sido transportado de urgência de Santo António das Areias e internado no Serviço de Cirurgia Cardiotorácica do Hospital de Santa Marta, em Lisboa, na sequência de doença arterial coronária e aí tivesse sido submetido a uma intervenção cirúrgica urgente. O cirurgião que o operou, Dr. Álvaro Laranjeira, herdara a biblioteca do reconhecido arqueólogo da Figueira da Foz, Prof. Vitor Guerra, seu avô, falecido em 1977. Enquanto me informava do estado de saúde do meu pai e sabendo que eu era arqueólogo perguntou-me que quereria receber a biblioteca de arqueologia do seu avô, porque a ele, enquanto bibliófilo muito seletivo, apenas lhe interessava outras temáticas da vasta biblioteca que herdara. Disse-me que por lá tinha visto vários números do "Arqueólogo Português", as "Antiguidades Monumentais do Algarve", a "Etnografia Portuguesa", muitos estudos de Santos Rocha, de Afonso do Paço, de Manuel Heleno, de Veiga Ferreira, vários números de revistas de arqueologia, etc. etc... À medida que me descrevia, de memória, algumas das obras que pertenceram ao seu avô mais os meus olhos brilhavam. Tratava-se, tão só, maioritariamente, de obras anteriores à instituição do Depósito Legal e que não estavam disponíveis neste Alentejo esquecido. E ainda se lamentava o Dr. Álvaro Laranjeira por me estar a querer oferecer, nas suas palavras, "bibliografia desatualizada".

Naturalmente que o nome Vítor Guerra, coautor com Veiga Ferreira, do *Inventário dos Monumentos Megalíticos da Figueira da Foz*, entre outros estudos, ainda mais me abriu o apetite para receber a tal "bibliografia desatualizada", mas também reconheci, porque muito empenhado estava na instalação do Laboratório de Arqueologia da Universidade de Évora, que esta simpática e apetitosa doação faria muito mais sentido e seria muito mais proveitosa se ficasse disponível a mais estudiosos, tanto mais que comportava obras de referência inacessíveis no interior alentejano. Sugeri, então, ao Dr. Álvaro Laranjeira que a sua doação não fosse pessoal, mas institucional e se constituísse como o embrião da biblioteca do Laboratório de Arqueologia da Universidade de Évora. De imediato o meu interlocutor interrogou-se se os livros que me estava a oferecer eram assim tão significativos que justificassem uma doação institucional, porque para ele, enquanto homem da ciência e em constante atualização, não passava dum conjunto de "bibliografia desatualizada". Recordei-lhe a importância de alguns títulos que de memória me tinha referido e acordámos que eu, enquanto responsável pelo Laboratório de Arqueologia iria transmitir à Reitoria da Universidade

de Évora a sua intenção de doar a Biblioteca de Arqueologia de Vítor Guerra, seu avô, à Universidade de Évora. No dia seguinte fui falar com a Profª. Hermínia Vilar, então Vice-Reitora para os Ensinos, para se tratar do processo de doação desta biblioteca.

Figura 15. Cerimónia de doação da Biblioteca Vitor Guerra (2012). O Dr. Álvaro Laranjeira no uso da palavra.

Figura 16. Cerimónia de doação da Biblioteca Vitor Guerra (2011

Figura 17. Biblioteca Prof. Vitor Guerra

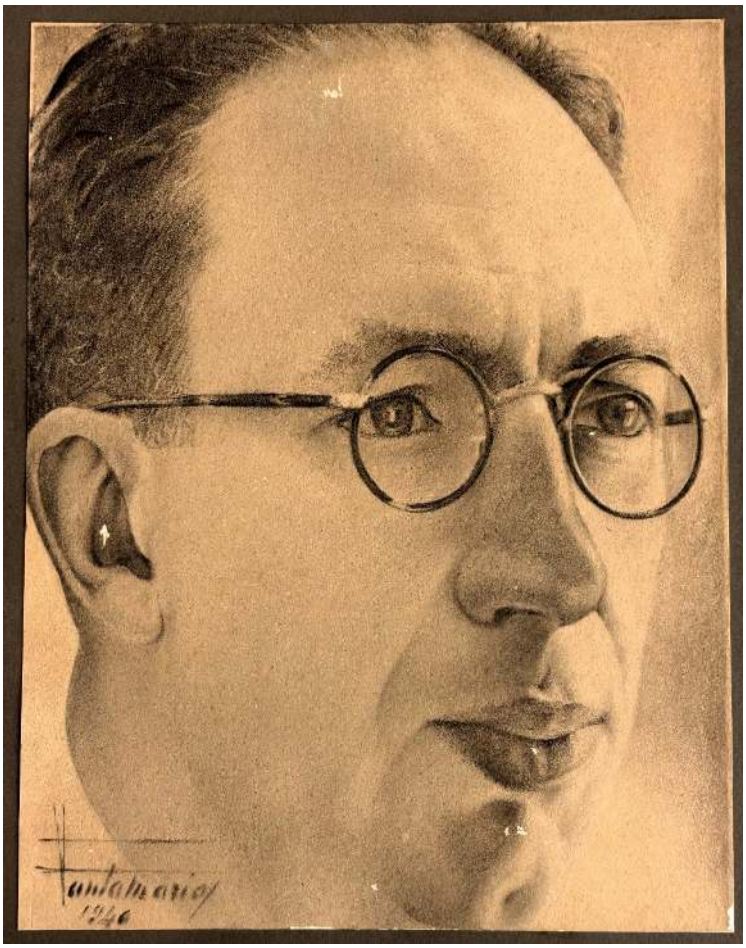
Figura 18. Biblioteca Prof. Vitor Guerra

Enquanto se preparava a cerimónia para a assinatura da doação formal desta biblioteca, o Dr. Álvaro Laranjeira em deslocações periódicas a Évora trazia lotes de livros que se depositaram no, então, pequeno

espaço disponível do Laboratório de Arqueologia, para, posteriormente, serem classificados pela Biblioteca Central da universidade, mas mantendo no registo de referência de Vítor Guerra. Foi sempre nossa opção que as bibliotecas doadas, mas incorporadas, como o regulamento exige na Biblioteca Geral, tivessem sempre a referência ao seu doador por forma a que, em qualquer altura, se saiba a sua proveniência. Esta doação, após o inventário para incorporação na Biblioteca Geral ficou disponível na sala da Biblioteca do renovado Laboratório de Arqueologia da Universidade de Évora. A cerimónia de assinatura da doação da Família de Vítor Guerra teve lugar na Sala de Leitura da Biblioteca Geral da Universidade de Évora, no dia 16 de março de 2011. Assinaram o documento de doação, em representação da Família de Vítor Guerra a sua filha, Sr[a]. Dr[a]. Maria José Flor Guerra e pela Universidade de Évora, a Sr[a] Vice-Reitora para os Ensinos, Prof[a]. Hermínia Vilar. Durante o ato, para além das intervenções, do neto de Vítor Guerra e da Sra. Vice-Reitora, assistiu-se a uma conferência sobre a vida e obra do Prof. Vítor Guerra, proferida por Matilde Araújo, mestranda de Arqueologia. Durante a cerimónia ficou acordado que a Biblioteca do Laboratório de Arqueologia da Universidade de Évora se passasse a denominar Biblioteca Vítor Guerra.

Mas quem foi Vítor Guerra?

Figura 19. Prof. Vitor Guerra (1940)



De seu nome completo António Vítor Nunes Guerra, nasceu a 20 de novembro de 1902, na Figueira da Foz e faleceu na mesma cidade no dia 15 de agosto de 1977. Completada a Escola Primária ingressou no Seminário de Coimbra, não tendo chegado a ordenar-se. Regressa à Figueira da Foz e de colaboração com outros colegas funda o Colégio Academia Figueirense no qual assumiu a docência das disciplinas de

Português, Latim, Geografia e até Ciências Naturais. Posteriormente leciona também na Escola Preparatória Dr. João de Barros, mas a sua maior atividade cultural exerce-a no Museu Santos Rocha que dirigiu desde agosto de 1938, até 1972, ano em que se aposentou. Paralelamente, dirigia a Biblioteca Municipal da Figueira da Foz. Para além de ter desempenhado vários cargos públicos ainda dirigiu temporariamente o jornal "A Voz da Figueira", mas a sua paixão pela História e especialmente pela Arqueologia leva-o a estabelecer contacto com a maioria dos arqueólogos do seu tempo, prosseguindo as pegadas de Santos Rocha. Vítor Guerra na qualidade de diretor do Museu Santos Rocha, para além de estudar as coleções de arqueologia que se encontravam sob a sua responsabilidade promove a publicação de trabalhos inéditos do fundador do museu e dá continuidade a algumas das suas investigações arqueológicas na zona da Figueira da Foz. Vítor Guerra corresponde-se e contacta com arqueólogos de renome do seu tempo, especialmente com D. Fernando Almeida, Manuel Heleno, Georg e Vera Leisner, Afonso do Paço e Veiga Ferreira. De colaboração com este arqueólogo estuda e publica vários conjuntos de peças arqueológicas do Museu da Figueira e também nesta parceria os monumentos megalíticos da Figueira da Foz são objeto da sua atenção, vindo a publicar em 1974 o "Inventário dos Monumentos Megalíticos dos Arredores da Figueira da Foz".

Constituída, assim, a biblioteca especializada no Laboratório de Arqueologia, outras importantes doações vieram, pouco tempo depois, aumentar e atualizar o fundo inicial. Haverá que destacar a doação da Arqueóloga Maria José Almeida, a que se seguiu a oferta da vasta biblioteca do Arqueólogo António Carlos Silva e mais recentemente a grande biblioteca dos Arqueólogos Maria e Manuel Maia oferecida pelos seus familiares. Acolheu também a Biblioteca Vítor Guerra a doação dum pequeno fundo que pertenceu ao cónego Daniel Rosado, oferecido pela sua sobrinha Profª. Maria Amélia Bastos e, mais recentemente, tem vindo a acolher revistas de Arqueologia oferecidas pelo Eng. Gonçalo Cabral. Naturalmente que todas estas incorporações ficaram devidamente individualizadas na base de dados geral com a identificação do doador. Assume-se, hoje, a Biblioteca Vitor Guerra, instalada no piso superior do Laboratório de Arqueologia Pinho Monteiro, como a maior e diversificada biblioteca de Arqueologia do Alentejo, aberta à academia e ao público em geral.

Decorridos 44 anos das primeiras aulas de Arqueologia na Universidade de Évora, ministradas por Jorge Pinho Monteiro e depois de muitas vicissitudes, contrariedades e incompreensões, mas também de muita persistência e tenacidade do corpo docente e discente podemos hoje dizer que o ensino e a investigação em Arqueologia na Universidade de Évora estão consolidados. Ainda que com algumas flutuações conjunturais temos assistido a uma cada vez maior procura de alunos nos três ciclos formativos, à consolidação dos projetos de investigação de longo prazo, suportados globalmente por apoios de autarquias, porque, nos últimos anos as prestações de serviços ao exterior, infelizmente, praticamente desapareceram face a uma estranha interpretação do articulado do ECDU no que se refere à exclusividade do corpo docente.

Novembro de 2025
Jorge de Oliveira

APOSTILAS EPIGRÁFICAS – 20

José d'Encarnação[a,@]

[a] Academia das Ciências de Lisboa.
[@] Contacto: jde@fl.uc.pt

Resumo

Outras perspectivas de análise e o constante avanço da investigação epigráfica postulam e possibilitam que, de vez em quando, voltem a estudar-se monumentos já publicados e sobre os quais é possível lançar nova luz. Esse, o objectivo do autor ao fazer o ponto da situação acerca da inscrição sobre o orarium da civitas Igaeditanorum; ao mostrar epígrafes cujo paradeiro se desconhece; ao sublinhar a singularidade de um esconjuro inspirado em texto bíblico. E se a palavra DIVO algures gravada numa terracota suscita a curiosidade, a suposta determinação dos limites, no século IV, entre os termos de Pax Iulia e Ebora também aqui merece evocação.

Palavras-chave

orarium, civitas Igaeditanorum, defixiones, divus, delimitatio, Datianus praefectus

Abstract

Other analytical perspectives and the continuous advance of epigraphic research both require and make it possible, from time to time, to revisit monuments that have already been published and on which new light may be shed. This is the author's aim in taking stock of the inscription concerning the orarium of the civitas Igaeditanorum; in presenting epigraphs whose whereabouts are unknown; and in highlighting the singularity of an exorcism inspired by a biblical text. And while the word DIVO, engraved somewhere on a terracotta object, arouses curiosity, the supposed determination, in the fourth century, of the boundaries between the territories of Pax Iulia and Ebora also deserves mention here.

Keywords

orarium, civitas Igaeditanorum, defixiones, divus, delimitatio, Datianus praefectus

1. A doação dum *orarium*

Reveste-se de mui especial interesse histórico a inscrição romana incluída nas habituais bases de dados sob estes números: HEpOL 22943 e EDCS 1340059.

Seis têm sido os pontos de discórdia entre os epigrafistas, no âmbito da sua interpretação.

1º) Já se tem como definitivamente assente que o doador pertence à família *Tallia* e não à *Iallia,* como ainda, por vezes, se escreve com base em estudos antigos.

2º) Atendendo a ser epígrafe datada pelo ano consular (ano 16 antes de Cristo), a omissão do *cognomen* é perfeitamente natural, pelo que Quinto Tálio, filho de Sexto, pertence à tribo Papíria, de *Augusta Emerita*. O desdobramento de PAPI em PAP(*iria*) I(*uliae Emeritae*) retém-se como forçado, sendo natural que AVGV indique a *origo:* AVGV(*sta Emerita*) e não AVGV(*rinus*), como se chegou a propor; e, muito menos, atribuir-lhe a função de *augur*.

3º) De um modo geral, tem sido consensual rejeitar a proposta da saudosa Alicia Canto de, em vez de *orarium*, se reconstituir *ora(to)rium,* explicando-se que tal reconstituição haja sido aceite pela equipa de *Hispania Epigraphica* e daí 'exportada' para ECDS porque Alicia Canto integrava, de pleno direito e desde o início, esta equipa. Mais uma vez aqui se poderá aplicar o princípio da navalha de Ockham: quando se apresentam várias hipóteses, a opção pela mais simples constitui, sem dúvida, a mais verosímil. Nesse âmbito, a explicação dada por Robert Étienne de que a oferta pretendia fazer com que os habitantes da *ciuitas Igaeditanorum* doravante se guiassem pela hora da capital provincial, *Emerita,* não padece contestação, tão normal se apresenta.

4º) Que o sítio onde o quadrante solar devesse ser colocado seria indicado pelos magistrados – L(*ocus*) A(*dsignatus*) F(*uit*) PER MAG(*istros*) – também se afigura lógico.

5º) Se deve optar-se por *magistratus* ou por *magistros* poderá considerar-se discussão académica, porque, de facto, a nomenclatura é de somenos, atendendo à data da epígrafe (16 a. C.), ainda que pareça plausível optar pela palavra *magister,* mais consentânea com o que se encontra noutros textos dos inícios da época romana hispânica, atribuindo-se ao vocábulo *magistratus* uma conotação de maior ressonância administrativa; portanto, de um período mais avançado no tempo.

6º) Tem merecido reflexão o facto de o nome dos *magistri* vir em genitivo. A inscrição de Alcains (Assunção, Encarnação e Guerra, 2009) poderá aduzir-se como argumento para se subentender a palavra *gentilitas.* Ou seja, cada um deles é, individualmente, o representante, o *magister*, da *gentilitas* de *Touto,* da de *Magius,* da de *Celtius* e da de *Ammenius*, sendo estes os fundadores das respectivas gentilidades indígenas, que constituíam, então, ou seriam as mais importantes da *civitas.* Não se trata, pois, da identificação nominal dos *magistri,* mas sim da identificação das gentilidades através do nome do seu promotor inicial – como, nas aras de Alcains, se refere a *gentilitas Polturiciorum,* por ter sido iniciada por *Polturius,* filho de *Caeno.* E este é, segundo creio, um aspecto que ainda não fora tido em consideração.

Figura 1. A inscrição do orarium, datada de 16 a. C.

Em consequência das observações expostas, a minha proposta de interpretação da epígrafe é a seguinte (Fig. 1):

> Q(*uintus*) TALLIVS SEX(*ti*) F(*ilius*) PAPI(*ria*) AVGV(*sta Emerita*) / ORARIVM DONAVIT / IGAEDITANIS L(*ocus*) A(*dsignatus*) F(*uit*) PER MAG(*istros*) / TOVTONI ARCII F(*ilii*) / MALGEINI MANLI(*i*) F(*ilii*) / CELTI (*i)* ARANTONI(*i)* F(*ilii*) / AMMINI ATII F(*ilii*) / L(*ucio*) DOMITIO AHENOBARBO / P(*ublio*) CORNELIO SCIPIONE CO(*n*)[S(*ulibus*)].
>
> *Quinto Tálio, filho de Sexto, da Papíria, de Augusta Emérita, deu um horário*[1] *aos Igeditanos. O local foi indicado por magísteres: de Toutão, filho de Árcio; de Malgueino, filho de Mânlio; de Céltio, filho de Arantónio; de Amino, filho de Átio – sendo cônsules Lúcio Domício Aenobarbo e Públio Cornélio Cipião.*

[1] Horário tem, como se sabe, um significado corrente, concreto, que não se aplica aqui, por se tratar de um quadrante solar; preferiu-se, porém, essa forma, para dar uma tradução mais fiel, mormente do ponto de vista da sonoridade.

Valerá a pena recordar, a propósito desta oferta, os comentários feitos por Federica Petraccia acerca da inscrição do questor *Maras Atiniis* gravada sobre um relógio solar de cujo fabrico ele próprio se apresenta como o promotor (2025, p. 53, nº 13). Nota ainda Federica Petraccia que, segundo o testemunho de Varrão, referido por Plínio (*Naturalis Historia* 7 60. 214), Mânio Valério Messala diligenciou em levar para Roma, no ano de 263 antes de Cristo, o primeiro relógio solar; no entanto, será apenas no ano de 164 a. C. que Marco Márcio Filipo mandará construir um quadrante solar, oportunamente ajustado à hora solar de Roma. Regista-se também em Pompeios a existência de um relógio solar, datável de meados do século II antes de Cristo.

Desta sorte, a iniciativa de Quinto Tálio não terá sido isolada e acaba por poder equiparar-se ao que, em Pompeios, já se levara a efeito. Mais uma prova de que os Lusitanos não estavam alheios às atitudes evidenciadas em território itálico.

2. Proveniências desconhecidas

Não se absteve Emílio Hübner de inserir no volume II do *Corpus Inscriptionum Latinarum* dedicado à Hispânia um capítulo dedicado às inscrições cuja proveniência era, naquele momento, incerta: *Inscriptiones originis incertae* (pág. 689 e seguintes). Compreende-se perfeitamente a razão dessa inclusão: primeiro, porque pode tratar-se de um desconhecimento temporário e haja quem, vendo o texto, consiga encontrar referências ao seu local de achamento; em segundo lugar, porque essa inclusão acaba por acrescentar mais um dado ao *corpus.*

Se é certo que as circunstâncias de achado duma epígrafe se revelam importantes para melhor se compreender o seu alcance histórico, também não é menos verdade que, ao referir-se o texto, mesmo sem delas ter conhecimento, se estão a acrescentar novos dados o que, até aí, se sabia.

Tenho recebido, ao longo dos anos, informações acerca de monumentos epigráficos. Alguém, em determinado momento, me enviou fotografia, sem, no entanto, me haver proporcionado informação relativa à proveniência, que, no decorrer da troca de correspondência, se viria a esclarecer. Nos casos que adiante vão referir-se, a correspondência, por qualquer inesperada circunstância, não teve a desejável continuidade. Fiz, naturalmente, diligências várias no sentido de obter os dados concretos em falta. Fracassaram. Decidi, pois, incluir neste artigo quatro inscrições de cuja eventual publicação não encontrei rasto; provêm, muito provavelmente, da Península Ibérica ou, até, concretamente, da sua parte ocidental. Fica a expectativa de que, ao ler a publicação, alguém possa vir em nosso auxílio.

2.1 *Um depósito arqueológico no Norte?*

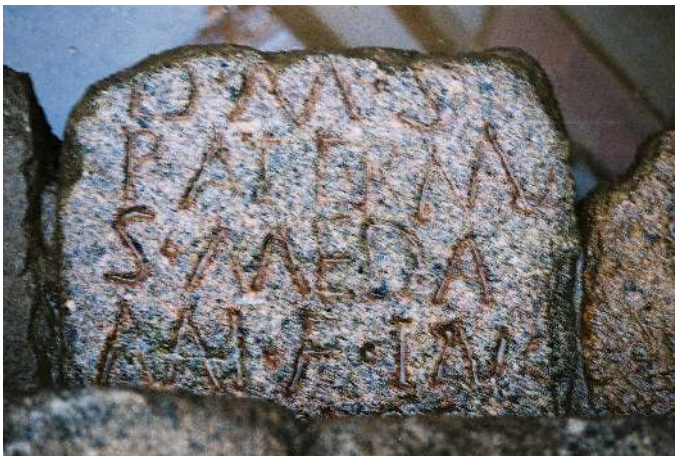
2.1.1 Epitáfio de Paternus Medami f.

A figura 2, que me terá chegado a 29 de outubro de 2004, dá impressão de apontar para local onde vários monumentos se terão acondicionado: um depósito arqueológico? Fotografia feita, decerto, por arqueólogo, na medida em que houve a preocupação de se incluir escala.

Serão blocos paralelepipédicos, de granito amarelado, de grão médio, arestas mal afeiçoadas. Poderão ter ambos cerca de 60 a 70 cm de largura, por 40 de altura e a espessura andará pelos 10/15 cm.

Figura 2. «Reserva» arqueológica, algures no Norte de Portugal.

Figura 3. Inscrição romana dessa reserva.



Lê-se, na primeira (Fig. 3):

D(*iis*) · M(*anibus*) · S(*acrum*) | PATERNV|S · MEDA|MI · F(*ilius)* IN[O?]| [. . .]

Traduz-se por:

Consagrado aos deuses Manes. Paterno, filho de Medamo [. . .]

Paginação cuidada, com fórmula inicial segundo eixo de simetria, alinhamento à esquerda nas linhas seguintes. Translineação, porém, descuidada. Pontos circulares corretamente inseridos. Caracteres actuários, de *ductus* levemente inclinado para diante (mais visível nos traçados do S e do F); M largo; barras do E bem horizontais.

No final da linha 4, a seguir a IN poderá ser a metade esquerda de um O, dum C ou de um G; será o começo de palavra a completar na linha seguinte; não se vislumbra, porém, de momento, qual possa ser. Não sendo a indicação da idade, inclinar-nos-emos a ver aí a identificação do(a) dedicante do epitáfio.

Medamus é conhecido nome «lusitano-galaico», segundo Vallejo (2005, p. 355-356). *Paternus*, embora de etimologia latina, constitui um dos nomes únicos bem atestados em ambiente indígena; de acordo com o publicado por Juan Manuel Abascal em 1994 (p. 449), *Paternus* era o oitavo cognome mais frequente no conjunto da epigrafia hispânica, dele constando então 139 testemunhos.

2.1.2 Epitáfio quase ilegível

Figura 4. Epitáfio romano na referida «reserva».

Pela foto de que se dispõe (Fig. 4), não é muito perceptível o texto gravado na segunda epígrafe, devido à falta de iluminação lateral, que faria ressaltar o corte das letras. Por outro lado, os maus tratos infligidos à superfície epigrafada, mormente na parte direita, dificultam a interpretação, registando-se também um sulco vertical quase a meio.

Consegue perceber-se que os caracteres são actuários, de *ductus* levemente inclinado para trás. Lemos, a partir da foto:

> [D]IS MANI[BVS] | SACRVM | [. . .]RVS [?] S [. . .] | [. . .] NV [. . .] | [5] [?]
>
> *Consagrado aos deuses Manes.*

A l. 3, imperceptível: aí estaria a identificação do(a) defunto(a), completável na l. 4; poderia ainda haver uma l. 5 com as fórmulas finais. Na verdade, a disposição espacial de *sacrum,* na l. 2, dá a entender que o monumento completo poderia ser uma estela.

O eventual achamento da epígrafe possibilitará a aplicação de filtros susceptíveis de fornecer a desejada leitura.

Pelo tipo de material e pela onomástica patente no primeiro monumento, uma proveniência do *conventus Bracaraugustanus,* ou seja, entre o rio Douro e Braga, para os dois monumentos não se afigura despicienda. Porventura, um dia se descobrirá esse 'depósito'.

2.2 *Midueia ?*

Figura 5. Entulho de casa em construção.

Recebi, vai para cinco anos, as fotografias 5 e 6. Já tive ocasião de mostrar ambas na lista archport, a ver se alguém se lembrava de mas haver remetido. Debalde.

Dá impressão, pela primeira imagem, que se trata de uma obra abandonada a meio e que as pedras poderão ter vindo doutro lugar ou sejam resultantes de derrube de muro. Certo é que – dir-se-ia 'milagre'!... – no meio delas (e certamente terá sido por isso que a imagem me foi remetida) há uma inscrição romana (Fig. 6). Será uma placa de contornos irregulares, certamente devido aos maus tratos sofridos para a reutilização.

Afigura-se-me poder ler-se:

MIDVEIA | TVREII FIL(*ia*) | HEC [*sic*] SITA | EST

Aqui jaz Midueia, filha de Tureio.

Figura 6. Placa epigrafada romana no meio desse entulho.

Epitáfio muito simples, em que todo o formulário assim como a presença da palavra *hec* denunciam os primórdios da época romana na Lusitânia. De facto, *Tureius* e nomes aparentados são, como Vallejo comprova (2005, p. 441) «lusitanos em área tipicamente indígena». Por seu turno, *Midueia* – leitura que, naturalmente, se apresenta com reservas – insere-se no grupo dos antropónimos indígenas da Lusitânia com radical *medu-* (*Meduenus, Meiduenus, Medugenus...),* que Vallejo estudou (2005, p. 356-360).

Um pormenor merecerá particular atenção: o encomendante ou o canteiro não estavam bem dentro do formulário latino e confundiram o significado da palavra *hic* neste contexto, interpretando-o não como advérbio de lugar mas como pronome demonstrativo, «este»; ora, o defunto, neste caso, era do sexo feminino; portanto, deveria usar-se o feminino *hec* – assim soaria, em crase, a forma correcta *haec.*

Se interessará tentar descobrir onde pára esta epígrafe? Creio não haver qualquer dúvida a tal respeito, inclusive por ser mais um testemunho bem simples dos primórdios da época romana. Não se rejeitaria uma datação dos primeiros anos do século I d. C.

2.3 *Um epitáfio com retrato*

Permita-se-me que comece por dedicar este apartado à memória de António Manuel Dias Diogo, que tão precocemente nos deixou.

Habitual colaborador do *Ficheiro Epigráfico¸* amiúde em parceria com sua mulher, Laura Trindade, não hesitava em dar rápido conhecimento das epígrafes que ia encontrando, designadamente nas intervenções arqueológicas a que se dedicou em Lisboa. Recorde-se, por exemplo, que foi ele o achador da epígrafe que homenageia o célebre Lúcio Cornélio Boco, o texto mais completo que se conhece acerca deste importante salaciense (FE 275).

Figura 7. Estela com retrato. Foto por Dias Diogo.

Na sequência desse hábito, enviou-me a fotografia (Fig. 7), tirada a 2 de Agosto de 2010, dum epitáfio com escultura em baixo-relevo da defunta, excepcional para esta zona ocidental da Lusitânia. Parti do princípio que, como as demais, seria monumento olisiponense; disse-lhe de imediato do interesse em que

havia na sua imediata publicação; mas Dias Diogo, precocemente falecido em Fevereiro de 2023, acabou por não ter oportunidade de dar andamento a esse estudo. Aliás, a mensagem minha de 2 de Dezembro de 2012, respondera-me, no dia 18:

> «Peço-te desculpa de apenas agora te responder, mas também apenas agora tive oportunidade de ver esta mensagem. Tenho estado retirado da Internet, com uma intervenção arqueológica em Leiria que me tem levado o tempo todo e que me deverá demorar mais um mês.
>
> Não faço a mínima ideia de quando poderei terminar este estudo. Encomendei já alguns livros sobre este tipo de estelas, essencialmente coisas publicadas ou editadas pela Trinidad Nogales, mas ainda não me chegaram».

Escusado será dizer que insisti junto de Laura Trindade no sentido de se verificar algum apontamento que pudesse elucidar acerca das circunstâncias do achado. Também neste caso, as diligências saíram goradas e continuo sem saber do paradeiro do monumento. Optei, pois, por indevidamente me 'apropriar' (se assim posso falar) de tão singular achado, embora muito tivesse querido que a publicação houvesse sido feita pelo achador ou, pelo menos, por Laura Trindade. Compreendo, porém, a sua atitude, dadas as circunstâncias.

Figura 8. Estela com retrato de Mérida.

O livro referido por Dias Diogo é *Imagen y Memoria,* publicado em 2001. Como José Luis Ramírez Sádaba teve ocasião de me sugerir, das imagens aí apresentadas, a que mais se parece com a de Dias Diogo é

a nº 14 do catálogo (Fig. 8): «Es diferente la hornacina, algo distinta la palla, pero muy similar el peinado».

Poderemos chamar ao monumento uma edícula, estando o busto feminino em relevo resguardado no interior dessa edícula ou nicho. O desgaste sofrido pelo calcário (não parece ser mármore do tipo Estremoz / Vila Viçosa, como se diz que é o do referido nº 14) e a circunstância de estarmos a guiar-nos por uma fotografia não muito nítida aconselha a que se não tente minuciosa descrição, que, de resto, não se justifica na simplicidade desta abordagem. O penteado tem risca ao meio e dá impressão de a senhora ter uma bandolete com nó a meio da fronte; a não ser que se trate de toucado. O manto (*palla)* deixa o colo à mostra, assim como, discretamente, a parte superior do peito, sem qualquer decote. O nicho poderia ter colunas laterais em relevo a segurar o friso moldurado superior. A inscrição encontra-se, como é habitual, na face dianteira do plinto em que o busto assenta. Lemos:

> CLAVDIAE MAXIMAE ANN(*orum)* | [X?]XXV (*quinque et triginta* vel *viginti*) · [E?] APHITES · F(*aciendum*) · C(*uravit*)
>
> *A Cláudia Máxima, de 35 (ou 25) anos. [...] Aphites mandou fazer.*

Na l. 1, os dois NN estão em nexo. Na l. 2, a leitura *Aphites* afigura-se viável, não sendo possível, de momento, interpretar que letra estará antes nem discernir se há ponto antes do A ou se essa letra anterior poderá ser E ou F. Pela terminação e pela grafia em *ph*, estamos perante um nome etimologicamente grego, o que denuncia ter sido o monumento mandado gravar por um escravo ou liberto. De aproximável com esse (possível) antropónimo apenas se encontrou *Aphidon,* nome dum centauro.

A significativa presença do *nomen Claudius* na epigrafia de Mérida (14 testemunhos num total de 38, segundo o *Atlas*, p. 145), contra a sua total ausência em *Olisipo,* aliada à circunstância de, na capital da Lusitânia, se haver registado número significativo de edículas semelhantes, induz-nos a pensar que o monumento possa daí ser proveniente.

Uma datação do século II parece verosímil, atendendo às datações propostas para os exemplares de Mérida e, também, à paleografia da inscrição.

3. Um esconjuro bíblico

São bem conhecidas dos epigrafistas e dos historiadores da Antiguidade, em geral, as *tabellae defixionum.* Aproveitava-se a flexibilidade duma lâmina de chumbo e a sua escassa resistência a um estilete para nela se gravar um esconjuro.

Defixio é substantivo latino que significa a acção ou o resultado de *defigere,* espetar, conceito que caracteriza um gesto concreto, mas que, na necromancia, detém uma significação fácil de compreender: ao espetar um alfinete na imagem duma pessoa a quem se deseja mal, está o nigromante a querer para ela essa desejada agrura; ao invés, se o objecto de defixão é a suposta fonte do mal, o que se almeja é inutilizar-lhe, por completo, a capacidade de mal agir.

E se, em nossos dias, ambientes há propensos a tais práticas, afinal, a nada de novo se dedicam, porque não se duvide que elas existam desde sempre. Do tempo dos Romanos temos exemplos dessas «tabuinhas de defixões», que têm sido largamente estudadas. Um dos livros mais completos no âmbito do Ocidente romano é, seguramente, o de Celia Sánchez (2022), tendo Artur Ribeiro apresentado, em 2006, uma acessível síntese acerca do assunto.

Nesta zona ocidental da Lusitânia romana, o testemunho mais recente foi encontrado num santuário em Alcácer do Sal, sobre que se fizeram já diversas publicações, o que não admira, pois textos assim, até para salvaguarda do seu autor, carecem de assumir forte dose de ambiguidade (cf. Guerra 2003, Nascimento 2010).

Nesse de Alcácer do Sal, lê-se, na tradução de José Cardim Ribeiro (no prelo):

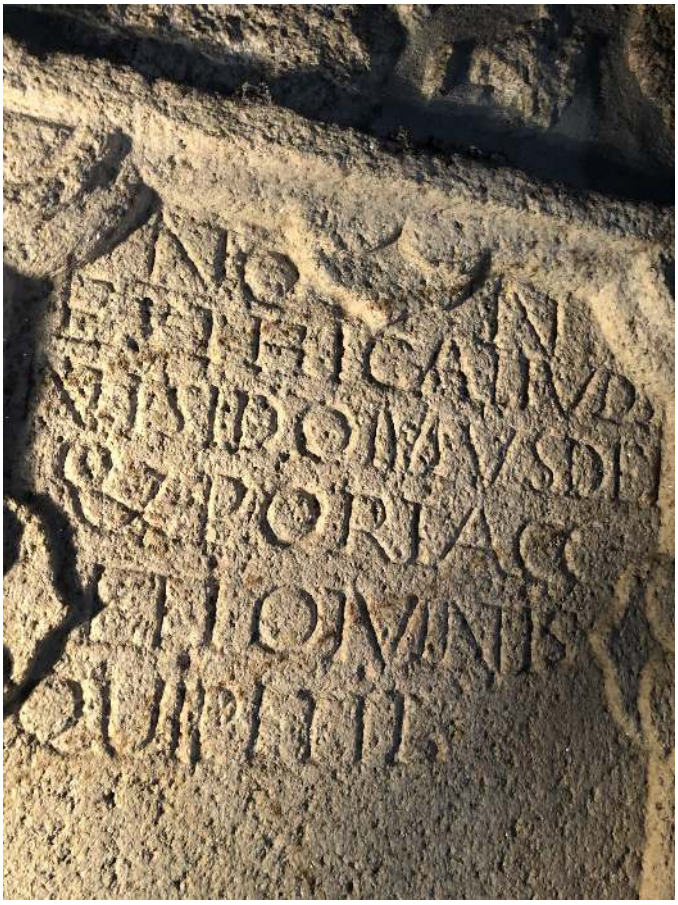
> «Senhor Mégaro invicto, tu, que agarraste o corpo de Átis, agarra o corpo daquele que subtraiu as minhas bagagens, que mas roubou da casa do Hispano. O corpo e a alma dele dou-te como oferenda, para que encontre as minhas coisas. Então prometo-te uma vítima de quatro patas, ó Senhor Átis, se eu descobrir esse ladrão. Ó Senhor Átis, rogo-te pelo teu Nocturno que faças com que eu as recupere o mais rápido possível».

Há também uma epígrafe romana encontrada no termo de Cascais que poderá inserir-se nesse âmbito, ainda que incompleta, pois nela é bem possível que haja referência a arrecadas e a uma «veste, que lhe faltam, por engano de Súnua e de sua mãe» (Encarnação 2001, p. 30-33), partindo-se do princípio de que se implorou a divindade no sentido de interceder pela recuperação do que dolosamente fora levado.

. . .

Sirva-nos este preâmbulo para a notícia de que existe em Sever, freguesia de Sever, concelho de Moimenta da Beira, na igreja matriz, de Nossa Senhora da Conceição, inserida no interior, na parede do lado norte do corpo que serve parcialmente de base ao campanário, uma dessas pedras com inscrição semelhante, ainda que, naturalmente, outra seja a divindade e o texto haja sido colado a uma passagem bíblica. Tivemos, José Carlos Santos e eu, a oportunidade de a dar a conhecer em 2021, num jornal local; o seu interesse histórico-cultural justifica, porém, nova referência aqui.

Figura 9. Esconjuro numa igreja católica.



Cinzelada numa placa aproximadamente quadrangular, de granito de grão médio, amarelo claro, com moldura ornamentada, a inscrição apenas terá sido referida, até ao momento, pelo padre António Bento da Guia (2001, p. 194), nestes termos: «Em frente da igreja há uma galilé que dá passagem para o campanário e para o cemitério e nela existe uma inscrição gravada numa das pedras tão antiga que não conseguimos lê-la».

Dimensões: 58 cm de altura x 53 cm de largura. A altura das letras, que revelam algum desgaste, varia entre os 3,5 e os 4,5 cm.

Escrito em latim o texto diz o seguinte (Fig. 9):

NON
EST HIC ALIVD
NISI DOMVS DEI
& PORTA CO
ELI OI VINTIS
QUI PETIT

A primeira parte da frase – *Non est hic aliud nisi domus Dei et porta coeli* – é assaz conhecida, por se mencionar, por exemplo, na antífona de vésperas da dedicação de uma igreja. Foi recortada de uma passagem do livro do *Génesis* (28, 17) e encontra-se, por isso, em variadíssimas igrejas: encima uma janela na matriz do Bonfim, no Porto; está no vão central da fachada principal da matriz de Valongo; pintaram-na no arco cruzeiro da matriz de Guisande (S. Maria da Feira)...

Em português significa:

«Nada mais existe aqui senão a casa de Deus e a porta do céu».

Facilmente se compreende que é estranha a formulação, só compreensível se formos ao contexto em que foi proferida:

Jacob, a caminho de Harân, «chegou a determinado sítio e resolveu passar ali a noite, porque o sol já se tinha posto. Serviu-se de uma das pedras do lugar como travesseiro e deitou-se. Teve um sonho: viu uma escada apoiada na terra, cuja extremidade tocava o céu; e ao longo dessa escada subiam e desciam anjos de Deus. Por cima dela estava o Senhor, que lhe disse: «Eu sou o Senhor, o Deus de Abraão, teu pai, e o Deus de Isaac. Esta terra, na qual te deitaste, dar-ta-ei assim como à tua posteridade. [...] Despertando do sonho, Jacob exclamou: «O Senhor está realmente neste lugar, e eu não o sabia!». Atemorizado, acrescentou: "Que terrível é este lugar! Aqui é a casa de Deus, aqui é a porta do céu»[2]. No dia seguinte, Jacob agarrou na pedra que lhe servira de travesseiro, e, depois de a erguer como um padrão, derramou óleo sobre ela» (*Génesis* 28, 10-18).

Retirou-se, pois, essa primeira parte da frase «O quam metuendus est locus iste», e adaptou-se o resto para a cerimónia da dedicação de uma igreja, cerimónia que se reveste do maior significado na religião católica, por significar a consagração oficial de um lugar ao culto. Acrescente-se, porém, que, tendo consultado o cerimonial previsto para Portugal para dedicação duma igreja, nada se encontrou que pudesse ter ligação directa com a frase.

Em todo o caso, não é tanto a frase canónica que ora particularmente nos interessa, mas sim o que vem a seguir, aparentemente até escrito por outra mão. Ou seja: há a frase mais ou menos estereotipada, como vimos; contudo, alguém decidiu acrescentar algo mais, o que se conclui pelo uso do U em vez de V (como era comum nas inscrições em Latim).

E, na verdade, se a primeira parte da inscrição obedece, porque copiada, às habituais regras das epígrafes, esse 'acrescento' reveste-se de marcantes características populares:

[2] Para as citações bíblicas, servi-me da 3ª edição da *Bíblia Sagrada,* Difusora Bíblica, Lisboa, 1968.

– A interjeição *Oi* só se encontrou num dicionário (de Francisco Torrinha), com o significado de ah! oh! ai!, a designar dor;

– *vintis* (está bem visível o nexo NT) não tem, assim grafado, correspondente em latim.

Ocorre a semelhança com a expressão *Vae Victis!* proferida pelo general gaulês Breno, ao pôr a espada num dos pratos da balança que determinava o peso do resgate a pagar pelos Romanos após a derrota (Tito Lívio, 5, 48). Mas, aqui, há um N, o que nos leva a supor que – embora com essa frase no ouvido – se tenha pensado em *vinctus*, cativo, preso, particípio passado do verbo latino *vincire*, ainda que não haja concordância alguma com o que vem a seguir, que está no singular, *qui petit,* «que acomete». *Petit* é a terceira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo «petere», 'atirar-se contra', 'atacar', 'assaltar'...

Por consequência, uma frase, esta última, em latim popular, que verbera e, de certo modo, lança o impropério sobre quem ousar violar o carácter sagrado do templo. Como quem diz «Cativo seja quem viole» essa sacralidade! Ai dele! Que a ignomínia do Senhor o tornará seu prisioneiro!

4. *Santo, sim, mas cristão!*

Em relação aos seus imperadores romanos três atitudes poderiam ter os cidadãos após a morte deles: a indiferença, o louvor e o vitupério!

Deduzimos que possa ter havido indiferença, quer por alguma passagem literária (explícita ou implícita), quer por, finados, lhes não terem levantado estátua ou celebrado louvores. Quanto ao louvor, a divinização era o maior, consignado no adjectivo *divus.* O vitupério, ao invés, ficava visível no gesto de se martelarem nos monumentos as palavras que seus nomes veiculavam: era a *damnatio memoriae,* a 'condenação da memória'.

Figura 10. Inscrição divo num depósito.

Figura 11. Pormenor do monumento anterior.

Ter-me-ão enviado os fragmentos de barro de uma possível escultura, em cujo pé se lê a palavra DIVO, seguramente com a ideia de que alguma relação poderia ter com a época romana (Figuras 10 e 11). Creio que não e que a palavra antecederia nome de santo.

Tentei saber donde me teriam vindo as imagens, até porque etiqueta havia, identificável quiçá por quem estivesse dentro do assunto; acabei por nada conseguir saber – e, por isso, aqui deixo o que me foi remetido, na presunção de que rapidamente seja possível integrar esses vestígios artísticos no seu real enquadramento.

5. O limite entre os territórios de *Ebora* e de *Pax Iulia*

Sempre os limites – por motivos políticos e, sobretudo, económicos – provocaram controvérsia.

Temos, em Santiago da Guarda (Ansião), uma inscrição romana, onde se proclama VE(*ctigale)* R(*ei*) P(*ublicae*) M(*unicipii*) V(*icini*), que é como quem diz «este prédio paga imposto ao município vizinho»! (Encarnação e Monteiro 1993-1994). Fácil é deduzir-se daí que a perpetuação deste dado em epígrafe deve ter resultado de discussão entre a população e os coletores de impostos. Ontem como hoje.

A discussão, por exemplo, sobre se o Rio Guadiana marcou o limite entre a província da Lusitânia e a da Bética decerto vai manter-se por muito tempo, sem que, alguma vez, se chegue a conclusão convincente. Em 1988, tentou-se, na Table ronde internationale du CNRS reunida em Bordéus, subordinada ao tema *Les Villes de Lusitanie Romaine – Hiérarchies et territoires,* chegar a um consenso, mediante a apresentação de «Propositions pour un nouveau tracé des limites anciennes de la Lusitanie romaine» (Alarcão *et alii,* 1990*,* p. 319-328, com mapa desdobrável); mas ainda recentemente o assunto veio de novo a discussão (Gaspar *et alii,* 2020).

Também não é consensual que o rio Tejo tenha sido a divisória entre o *Conventus Scallabitanus* e o *Pacensis.* São, de facto, os rios marcas importantes na paisagem; todavia, considerá-los barreiras e, sobretudo,

barreiras fisicamente intransponíveis já não é concessão aceitável, embora haja passagens da História Antiga que pareçam ir nessa direção. Possivelmente, no entanto, mais do que barreiras físicas sê-lo-ão barreiras psicológicas. Compreender-se-á, por isso, que César, ao atravessar o Rubicão, tenha declarado *alea iacta est* e compreende-se que Trajano haja assumido o cognome de *Dacicus,* por as suas tropas terem ultrapassado o rio Danúbio, símbolo da conquista da Dácia, e tenha mandado, em consequência deste feito, erguer o magnífico *Trophaeum Traiani*, em Adamclisi. Contudo, para nos mantermos na Dácia e no Danúbio, bastará ver, no delta, que, junto às casas das margens, há pequenas barcas que, inclusive, as crianças da escola usam para se deslocarem de uma margem à outra, para nos convencermos que uma linha de água pode ser mais fácil elo de ligação do que fronteira.

Foram Évora e Beja duas cidades romanas importantes no actual território do Alentejo, possivelmente até pela natural rivalidade sempre latente (ou patente) entre elas. O limite dos seus territórios tem sido alvo de discussão. Jorge de Alarcão, no seu livro de 1988, é, porém, taxativo, sem dar lugar a dúvidas:

> «Ao longo da via que ligava *Ebora* a *Pax Iulia,* os miliários entre Évora e Nossa Senhora d'Aires são frequentes; não se conhece, porém, nenhum entre Nossa Senhora d'Aires e Beja. Deduziremos daqui que a fronteira entre as duas *civitates* passava por aquela ermida, hoje erguida num terreno onde são abundantes os vestígios arqueológicos e onde se deve localizar um *vicus*» (p. 49).

Figura 12. Ficha de CIL II 17*

17* Iuxta semidirutum oppidum Aureolam meta est, quae olim terminum Eborensem a Pacensi dirimebat *Res.*

dd. nn. | aetern. impp. | c. aure. valer|io. iovio. diocle|tiano. et | m. aur. valeri|o. erculeo | maximiano | piis. fel. semper. augg. | terminis. inter | pacens. et eborens | curante. p. datiano | v. p. praeside. hh. | n. m. q. eorum | devotissimo| heinc pacenses

in aversa parte:

heinc eborenses

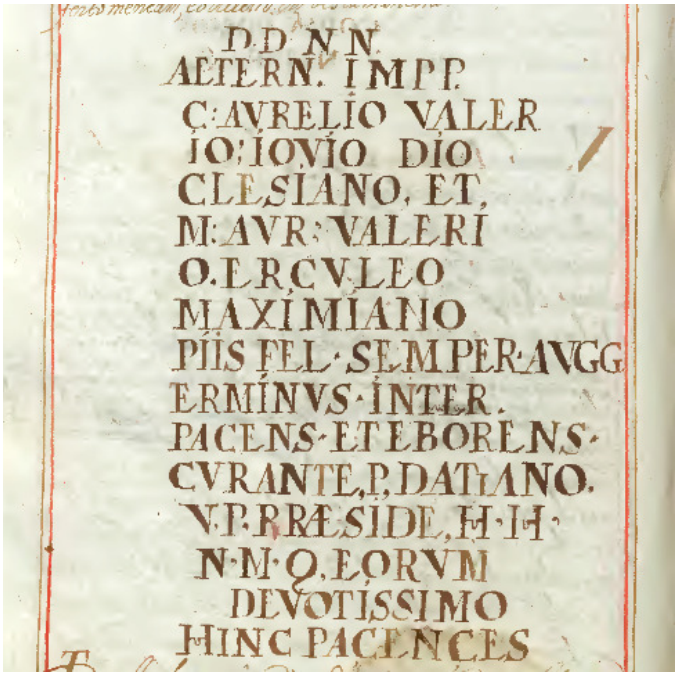
Resende ep. ad Kebedium Hisp. ill. 2, 1013, ant. p. 158 (inde Morales *cor.* 1 f. 153, e Mor. Occo 19, 2; Mariana p. 160; Grut. 199, 4; Britto ed. I 2 f. 99, ed. II 2 p. 135; Estaço *antig. de Portugal* p. 174; Argote mem. 2, 1 (4) p. 97; Florez 1, 249; Masdeu 5, 504, 480; Cornide *mem. de la ac. de la hist.* 1, 376; Levy 106, 240).

Essa obra, constituindo notável síntese do que então se conhecia da época romana nesta zona ocidental da Península Ibérica, não se adequava, nessa condição, a discussões de teor académico; daí que, por exemplo, o

autor não haja referido uma inscrição, que, por ter sido dada a conhecer unicamente por André de Resende, foi por Emílio Hübner (o epigrafista alemão que, em meados do século XIX, foi encarregado de preparar o *corpus* das epígrafes da *Hispania*) inserida, sem qualquer explicação, no rol das inscrições falsas: veja-se que, na ficha de CIL II 17* (Fig. 12), Hübner não tece quaisquer comentários, limitando-se a transcrever o que leu em Resende: «Marco que está junto do ópido semidestruído de Oriola, que outrora dirimia o termo eborense do pacense».

Essa inscrição consignava, no entanto, o que Jorge de Alarcão anotara: o limite entre os termos das duas cidades passava pelo Santuário de Nossa Senhora de Aires! Não é raro erguer-se um templo em locais de relevância regional. Este santuário, pela sua longa tradição, pode muito bem ter sido um dos casos.

Figura 13. Reprodução da inscrição anterior, por Vasco Freire.



Houve, ainda, oportunidade de se compulsar uma cópia do manuscrito de Vasco Freire intitulado *Livro das Antiguidades da Cidade de Beja,* onde essa inscrição vem copiada (Fig. 13), no capítulo VIII que trata «da causa que moveu a P. Daciano vir demarcar Beja e da morte de S. Engrácia e seus companheiros, nossos naturais». E aí se explicita: «[...] e por sinal desta verdade vive ainda um marco levantado junto a Oriola (...) e o letreiro diz desta maneira». Contudo, já no capítulo V do Livro I – «De como a cidade de Beja foi colónia e convento jurídico dos Romanos» – a inscrição viera transcrita e da epígrafe se escrevera: «E por marco se levantou uma pedra junto a Oriola [...] este letreiro que ainda hoje vive e de que os historiadores fazem tanto caso».

A iniciativa teria partido do governador Públio Daciano, no tempo do reinado conjunto de Diocleciano e Maximiano (286-305). Atribui-se-lhe também o martírio dos primeiros cristãos peninsulares, pelo que se tornou, como J. Enrique Duarte assinalou (2024), «personagem protótipo da maldade».

Custa a crer que só nos finais do século III se tenha procedido a esta *terminatio,* tendo em conta que se trata de cidades existentes desde primórdios do século I. Alguma contenda, entretanto surgida, terá obrigado à intervenção de Daciano?

Importa, pois, voltar ao início: quem e a que propósito escreveu, em primeiro lugar, sobre esta inscrição?

Foi André de Resende na *Carta a Bartolomeu de Quevedo*:

> «[...] Como, a dado momento, Évora entrou em litígio com a colónia Pacense por causa dos respectivos termos (como em breve mostrarei) não há que estranhar o facto de Daciano lá ter ido, a fim de resolver a contenda. A confirmá-lo, o marco de pedra que se encontra na estrada de Beja, na colina, junto à antiga e meio destruída povoação de Oriola, pertencente ao arcediago da terceira circunscrição da igreja de Évora. Esse marco tem, do lado que dá para Beja (atendendo, creio, à sua qualidade de colónia e de Convento) uma inscrição deste tipo: [...]».

Dá, depois, o conhecido texto da inscrição e acrescenta:

> «Do outro lado do marco, o que está voltado para Évora, apenas se vêem ao centro estas palavras: DAQUI EM DIANTE EBORENSES» (Pereira, p. 117).

Será no livro sobre as *Antiguidades de Évora* (1593?) que Resende voltará a referir-se ao tema e, daí por diante, os autores dão a impressão de assim explicarem, devido a essa contenda, o facto de, a mandado de Daciano, terem sido martirizadas, em Évora (e não em Talavera), S. Vicente e suas irmãs:

> «Este motivo é de crer que levou Daciano em Évora onde mandou prender a São Vicente e suas irmãs como diz o Breviário Eborense e muitos autores» (Vasconcelos 1593, p. 158-159).

Nunca é, porém, posta em dúvida a existência do marco, na medida em que nele se baseia toda a congeminação em torno da vinda de Daciano a estas paragens, embora, como é natural, na transcrição do texto, haja diferenças de pormenor quer na paginação quer na cópia. Sirva-nos a tradução feita por Virgínia Soares (pág. 117 do seu estudo sobre a carta a Bartolomeu de Quevedo):

> AOS NOSSOS SENHORES | ETERNOS IMPERADORES | GAIO AURÉLIO VALÉRIO JÓVIO | DIOCLECIANO E | MARCO AURÉLIO HERCÚLEO | MAXIMIANO | PIOS FELIZES PARA SEMPRE AUGUSTOS || TERMO ENTRE PACENSES E EBORENSES. | AO CUIDADO DE PÚBLIO DACIANO | VARÃO PERFEITÍSSIMO GOVERNADOR DAS HISPÂNIAS | MUITO DEDICADO A SUA DIVINDADE | E MAJESTADE. || DAQUI EM DIANTE PACENSES ||| DAQUI EM DIANTE EBORENSES.

Os títulos imperiais indicados não são muito correntes, mas, como Cagnat assinala (1914, p. 232 e 234), por vezes há mesmo apenas («tout court») a menção *Iovius* e *Herculius,* como é o caso da inscrição de Tessalonica (CIL III 12 310, EDCS 16500253), uma dedicatória a Hércules Augusto feita pelos dois césares. Resende estaria, pois, bem informado acerca da nomenclatura imperial. Desconhecem-se, todavia, por quanto se sabe, inscrições em que o prefeito Daciano esteja mencionado. A forma *heinc* está por *hinc,* advérbio de lugar donde, cuja utilização epigráfica em determinação de limites não se encontra documentada.

Em síntese, a discussão poderá ser equacionada nestes termos: a referência ao marco citado na ficha CIL II 17* pode ter sido feita inicialmente apenas para provar que Daciano esteve por estas paragens, prova que se aduziria no âmbito da naturalidade dos mártires que ele mandara matar.

Dizendo doutra forma:

> a inscrição foi forjada para demonstrar que Daciano veio aqui
>
> **ou**
>
> a vinda dele aqui foi forjada com base na inscrição.

Trata-se, como se sabe, de uma polémica que entusiasmou os sábios de então. Aliás, cita Hübner, na ficha CIL II 17*, o contributo de Cornide (*mem. de la ac. de la historia* I, 376), que se enquadra também no desejo, patente de um e doutro lado da fronteira Portugal / Espanha, nessa 2ª metade do século XVI, para demonstrar a maior antiguidade das respetivas cidades. Não é, de resto, a carta de Resende a Bartolomeu de Quevedo uma defesa intransigente dessas antiguidades?

A saudosa Alicia Canto também se referiu a esta epígrafe, na medida em que foi uma das que o cavaleiro John Breval mencionou. E, tal como se posicionou em relação a outras, igualmente consideradas falsas por Hübner, não foi contra a possibilidade de esta ser incluída no rol da documentação autêntica (cf. HEp 14 nº 442). Poderemos sempre perguntar-nos porque é que, sendo de tamanha importância histórica, não sobreviveu, quando meras inscrições funerárias se lograram incorporar – para preservação – em pilares frente ao vetusto santuário (IRCP 430 e 431)... Nunca será de mais, no entanto, sublinhar a sagacidade do humanista em usar, em defesa das suas teses, a ímpar valia da documentação epigráfica.

Penso, pois, em comunhão com a generalidade dos historiadores, que esta história «se non è vera è ben trovata», uma vez que, naturalmente, pelo termo do santuário de Nossa Senhora d'Aires deverá ter passado, de facto, o limite entre os territórios de ambas as cidades romanas, estabelecido que fora, porém, nos primórdios do século I.[3]

[3]Agradeço aos amigos Martín Almagro e Juan Manuel Abascal a ajuda na identificação, em Espanha, da documentação sobre esta epígrafe.

6. BIBLIOGRAFIA

ABASCAL PALAZÓN (Juan Manuel), *Los Nombres Personales en las Inscripciones Latinas de Hispania.* Múrcia, 1994.

ALARCÃO (Jorge de), *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins: Publicações Europa-América, 1988.

ALARCÃO *et alii,* «Propositions pour un nouveau tracé des limites anciennes de la Lusitanie romaine», in *Les Villes de Lusitanie Romaine – Hiérarchies et territoire* (Table ronde internationale du CNRS – Talence, 8-9 déc. 1988)*,* Paris, CNRS, 1990, p. 319-328.

ASSUNÇÃO (António), ENCARNAÇÃO (José d') e GUERRA (Amílcar), "Duas aras votivas romanas em Alcains", *Revista Portuguesa de Arqueologia* 12/2, 2009, p. 177-189. Acessível em: hdl.handle.net

Atlas = NAVARRO CABALLERO (Milagros) e RAMÍREZ SÁDABA (José Luis), *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana,* Mérida-Bordéus 2003.

CAGNAT (René), *Cours d'Épigraphie Latine,* Paris, Fontemoing, [4]1914.

CANTO (Alicia M.ª), «Los viajes del caballero inglés John Breval a España y Portugal: novedades arqueológicas y epigráficas de 1726», *Revista Portuguesa de Arqueologia,* vol. 7(2) 2004 265-364.

CANTO (Alicia M.), «Un *oratorium* para los Igaeditanos. Microepigrafía de un reloj imposible en la inscripción más famosa de Idanha (Portugal)», *Anas* 25-26, 2012/2013 [ap. 2018], p. 9-44.

CARDIM-RIBEIRO, José (no prelo): «*Domine Megare invicte, tu qui Attidis corpus accepisti…* ».

CIL II = HÜBNER (Emílio), *Corpus Inscriptionum Latinarum – II.* Berlim: Academia das Ciências, 1869 e 1892.

DUARTE (J. Enrique), «Publio Daciano, personaje prototipo de la maldad en el teatro (siglos XVI-XIX)», *Hipogrifo* 12.1, 2024, p. 491-523.

EDCS = *Epigraphik-Datenbank Clauss / Slaby*: edcs.hist.uzh.ch

EDMONDSON (Jonathan), NOGALES BASARRATE (Trinidad) e TRILLMICH (Walter), *Imagen y memoria. Monumentos funerarios con retratos en la Colonia Augusta Emerita*, Bibliotheca Archaeologica Hispana 10. Madrid: Real Academia de la Historia, 2001.

ENCARNAÇÃO (José d'), *Roteiro Epigráfico Romano de Cascais,* Câmara Municipal de Cascais, [1]1994, [2]2001.

ENCARNAÇÃO (José d') e FARIA (João Carlos Lázaro), «O santuário romano e a *defixio* de Alcácer do Sal», in RIBEIRO (J. Cardim) [coord.], *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa,* Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002, p. 259-263. hdl.handle.net

ENCARNAÇÃO (José d') e MONTEIRO (António J. N.), «A propósito de uma inscrição latina em Santiago da Guarda (Ansião)», *Conimbriga* 32-33, 1993-1994, p. 295-302. hdl.handle.net

ENCARNAÇÃO (José d') e SANTOS (José Carlos), «Inscrição gravada em pedra no interior da igreja de Sever – Cativo seja quem a violar!», *Terras do Demo* (Moimenta da Beira) nº 465, 21-06-2021, p. 6.

ÉTIENNE (Robert), «L'horloge de la Civitas Igaeditanorum et la création de la province de Lusitanie», *Revue des Études Anciennes*, 94/3 (1992), p. 355-362.

FE 275 = DIOGO, António M. Dias e Trindade (Laura), «Homenagem a *L. Cornelius Bocchus.* encontrada nas termas dos Cássios (Lisboa)», *Ficheiro Epigráfico* 60, 1999, inscrição nº 275.

FREIRE (Vasco), *Livro das Antiguidades da Cidade de Beja* (manuscrito). [Entre 1612 e 1621. Manuscrito]. BNP: purl.pt/34072.

GASPAR (Catarina) *et alii* [coord.], *Ambientes Geográficos y Territorio: El Guadiana entre Bética y Lusitania.* Lisboa e Alcalá de Henares, 2020.

GUERRA (Amílcar), «Anotações ao texto da *tabella defixionis* de Alcácer do Sal», *Revista Portuguesa de Arqueologia,* vol. 6, nº 2, 2003, 335-339.

GUIA (António Bento da), *As vinte freguesias de Moimenta da Beira.* Câmara Municipal de Moimenta, 3ª ed., 2001.

HEp = *Hispania Epigraphica.* Madrid: Universidad Complutense.

HÜBNER (Emílio) – ver CIL II.

IRCP = ENCARNAÇÃO (José d'), *Inscrições Romanas do* Conventus Pacensis. — *Subsídios para o Estudo da Romanização*. Coimbra: Instituto de Arqueologia, 1984. [2]2013: hdl.handle.net. [O número indica o número da inscrição no catálogo].

MANTAS (Vasco Gil), «*Orarium donauit Igaiditanis:* epigrafia e funções urbanas numa capital regional lusitana». *I Congreso Peninsular de Historia Antigua,* vol. II, Santiago (1986) 1988, 421-422.

NASCIMENTO (Aires Augusto),«*Legere*, *perlegere*: da singularidade epigráfica ao sentido do texto e do monumento», *Sylloge Epigraphica Barcinonensis*, 8, 2010, p. 13-27.

PEREIRA (Virgínia Soares), *Carta a Bartolomeu de Quevedo / André de Resende*. Intr., texto latino, versão e notas de Virgínia Soares Pereira. Coimbra : Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.

PETRACCIA (Federica), *La Questura nell'Italia antica: continuità o frattura?* Genova: De Ferrari Editore, 2025.

RESENDE (André), *Carta a Bartolomeu de Quevedo:* ver PEREIRA.

RIBEIRO (Artur), «As *tabellae defixionum*: características e propósitos», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 9/2 2006 239-258 (sobretudo p. 242-243).

SÁNCHEZ NATALÍAS (Celia), «El panteón oculto: divinidades del Occidente latino a través de las *defixiones», Acta Classica* XLIX 2013 305–317.

VALLEJO RUIZ (José María), *Antroponimia Indígena de la Lusitania Romana,* Vitoria-Gasteiz, 2005.

VASCONCELOS (Diogo Mendes de), *Vida do Licenciado André de Resende escrita por Diogo Mendes de Vasconcelos*, *tirada do latim em linguagem.* Évora, 1593, edição de Martinho de Borges.